

GESTÃO DO PEDAGÓGICO PARA A EMANCIPAÇÃO DA DIVERSIDADE SEXUAL NA ESCOLA

Shirlei Alexandra Fetter, Denise Regina Quaresma da Silva***

RESUMO

O presente artigo apresenta como temática a gestão pedagógica sobre as questões de diversidade sexual. Sobre o tema apresentado, encontra-se como problemática a dificuldade da/do docente em tematizar a diversidade sexual enquanto prática pedagógica emancipatória. Assim, o estudo se justifica não unicamente pela escolha teórica, mas pelo termo diversidade sexual. Busca-se, assim, tratar de um posicionamento pedagógico, porque sua ausência se reflete na resistência docente em gerir a temática no ensino básico, evidenciando, desse modo, a importância de discuti-la nas escolas. Dessa forma, o objetivo deste estudo é explorar os conceitos sobre a gestão pedagógica e a diversidade sexual no contexto escolar. Esse processo exige da gestão pedagógica um amplo esforço de organização dos recursos materiais e humanos, os quais são componentes fundamentais. Caracteriza-se, ademais, por ideias, concepções e representações desconstrutivas das práticas pedagógicas tradicionais. Predominantemente, os conceitos teóricos estão fundamentados em Louro (1997, 1999, 2001), a qual propõe o rompimento do pensamento conservador, tanto da escola como da prática docente. Constitui-se ainda com argumentos de Freire (1996) para validar o pertencimento, o respeito e a autonomia do educando. A metodologia está baseada no estudo qualitativo, o qual segue os conceitos de Lüdke e André (1986). Por conta da abordagem, desconsidera-se a quantidade. Como resultado, percebe-se o predomínio do conservadorismo, que repercute na negação ao público LGBT (lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis e transexuais) e na naturalização da homofobia, prevalecendo os mecanismos dominantes da heteronormatividade. Para aprofundar essa discussão, dialoga-se com os demais autores. Conclui-se o estudo considerando ser necessário ao docente gerir as práticas pedagógicas, isto é, práticas inerentes à atividade docente. A escola é o espaço de referência à

* Doutoranda em Educação pela Universidade La Salle (Canoas-RS). Bolsista Capes. ORCID: 0000-0001-5172-447X. Correio eletrônico: fettershirlei@gmail.com

** Pós-doutora em Estudos de Gênero pela Universidade de Ciências Empresariais e Sociais (UCES), Argentina. Bolsista de Produtividade em Pesquisa CNPq. Professora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade La Salle (Canoas-RS). ORCID: 0000-0002-3697-8284. Correio eletrônico: denise.silva@unilasalle.edu.br

emancipação e à libertação; porém, esta também é o lugar da resistência e da negação à identidade sexual e de gênero dos educandos.

Palavras-chave: identidade; prática pedagógica; gestão.

PEDAGOGICAL MANAGEMENT FOR EMANCIPATING SEXUAL DIVERSITY IN SCHOOL

ABSTRACT

This article presents as its theme the pedagogical management on the issues of sexual diversity. Regarding the theme presented, the difficulty of the teacher in thematizing sexual diversity as an emancipatory pedagogical practice is problematic. Thus, the study is justified not only by the theoretical choice, but by the term sexual diversity, with this, we seek to address a pedagogical position, because its absence is reflected in the teacher's resistance to manage the subject in basic education, highlighting the importance of be discussed in schools. Thus, the aim of this study is to explore the concepts of pedagogical management and sexual diversity in the school context. This process requires, from pedagogical management, a broad effort to organize material and human resources, which are fundamental components, characterized by ideas, conceptions and deconstructive representations of traditional pedagogical practices. The theoretical concepts are based, in greater quantity, by Louro (1997, 1999, 2001), who proposes the breaking of conservative thinking, both of the school and the teaching practice. Thus, it is constituted with Freire's (1996) arguments to validate the student's belonging, respect and autonomy. The methodology is based on the qualitative study, which follows the concepts of Lüdke and André (1986). Because of the approach the quantity is disregarded. As a result, there is a predominance of conservatism, which affects the denial of LGBT public and the naturalization of homophobia, prevailing the dominant mechanisms of heteronormativity. The study concludes, considering that it is necessary for the teacher to manage the pedagogical practices, that is, inherent to the teaching activity. The school is the reference space for emancipation and liberation, but it is the place of resistance and denial to the students' sexual and gender identity.

Keywords: *identity; pedagogical practice; management.*

GESTIÓN PEDAGÓGICA PARA LA EMANCIPACIÓN DE LA DIVERSIDAD SEXUAL EN LA ESCUELA

RESUMEN

Este artículo presenta como tema el manejo pedagógico sobre los temas de la diversidad sexual. Sobre el tema presentado, es problemático la dificultad del profesor para tematizar la diversidad sexual como práctica pedagógica emancipadora. Por lo tanto, el estudio se justifica no solo por la elección teórica,

sino por el término diversidad sexual, con esto, buscamos abordar una posición pedagógica, porque su ausencia se refleja en la resistencia del maestro para manejar el tema en la educación básica, destacando la importancia de ser discutido en las escuelas. Por lo tanto, el objetivo de este estudio es explorar los conceptos de gestión pedagógica y diversidad sexual en el contexto escolar. Este proceso requiere, desde la gestión pedagógica, un amplio esfuerzo de organización de los recursos materiales y humanos, que son componentes fundamentales. Además, se caracteriza por ideas, concepciones y representaciones deconstructivas de las prácticas pedagógicas tradicionales. Los conceptos teóricos están basados, en mayor cantidad, por Louro (1997, 1999, 2001), quien propone la ruptura del pensamiento conservador, tanto de la escuela como de la práctica docente. Por lo tanto, se constituye con los argumentos de Freire (1996) para validar la pertenencia, el respeto y la autonomía del estudiante. La metodología se basa en el estudio cualitativo, que sigue los conceptos de Lüdke y André (1986). Debido al enfoque, la cantidad no se tiene en cuenta. Como resultado, hay un predominio del conservadurismo, que afecta la negación del público LGBT y la naturalización de la homofobia, prevaleciendo los mecanismos dominantes de heteronormatividad. El estudio concluye, considerando que es necesario que el maestro maneje las prácticas pedagógicas, es decir, inherentes a la actividad docente. La escuela es el espacio de referencia para la emancipación y la liberación, pero es el lugar de resistencia y negación de la identidad sexual y de género de los estudiantes.

Palabras clave: *identidad; práctica pedagógica; gestión.*

1 INTRODUÇÃO

Ao fazer uma análise da sociedade, busca-se apresentar que a concepção contemporânea de educação está diretamente relacionada ao meio social. Todo ser humano recebe as influências do seu meio, do qual fazem parte as concepções, os valores e os juízos. A partir destes princípios, cada ser humano elabora suas concepções específicas.

No Brasil, a hegemonia religiosa cristã fundamenta a heteronormalidade e reprime a diversidade sexual. Muito se tem discutido, recentemente, acerca da diversidade sexual. Quanto a isso, vale ressaltar que a homofobia nasce do preconceito contra essa diversidade. Desta forma, a heterossexualidade é concebida como o natural. Assim, exclui-se o reconhecimento da sexualidade de estudantes lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) e faz-se com que a diversidade sexual seja um tema excluído, além do currículo e do gerenciamento pedagógico.

Considerando esta premissa, Miskolci (2012) teoriza os desafios de uma educação voltada ao reconhecimento e à diferença da diversidade sexual em sua pluralidade. Segundo o autor, a dificuldade pode ser percebida entre os educadores, uma vez que estes partem do pressuposto de que o “ato de educar” é neutro. Diferentemente, Freire (1996) ressalta que educar é um ato político, e a educação não é neutra. Omitir a dimensão pedagógica da prática docente é o mesmo que institucionalizar o preconceito.

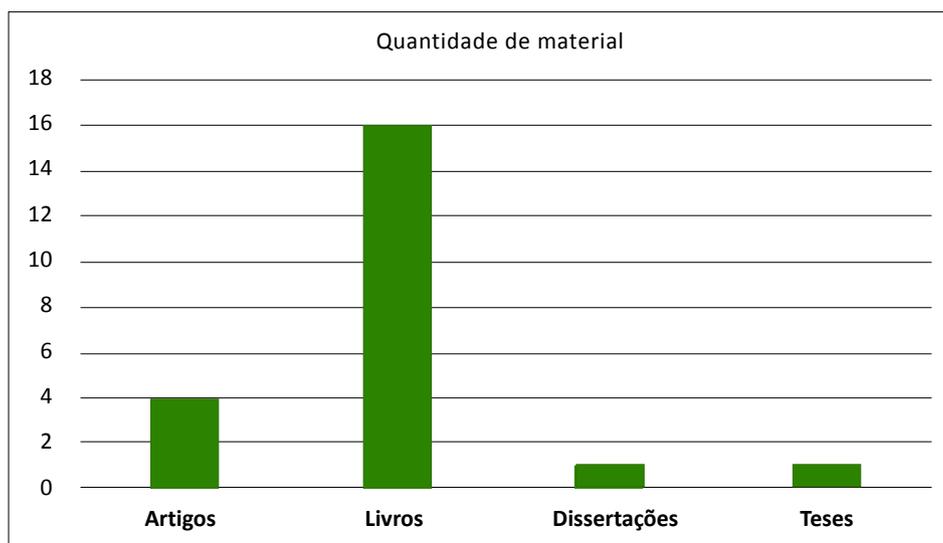
Não raro, toma-se conhecimento que a instituição escolar é, também, influenciada pelos mais diversos valores sociais e, por vezes, institucionaliza o discurso normativo dentro da sala de aula. Assim, o silenciamento escolar por meio de práticas contribui para o preconceito. A escola é o espaço em que as diferenças e a pluralidade de pensamentos dialogam. Conforme a afirmação de Santos (2001, p. 28), temos “[...] o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza e o direito a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza.” Quanto a essa afirmação, as instituições de ensino, através da gestão da prática pedagógica, devem contemplar e combater os estereótipos negativos no intuito de promover a aceitação das diferenças.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Inicialmente, o procedimento metodológico adotado para discutir a diversidade sexual no âmbito escolar foi a revisão bibliográfica, a qual contou com a inclusão de estudos que descrevem essa problemática. Por meio de artigos científicos selecionados conforme a temática e livros, optou-se por adotar uma abordagem qualitativa sobre a forma como a questão da diversidade sexual é discutida no ambiente escolar, buscando destacar a convivência plena e a dignidade humana.

Como procedimento técnico deste estudo, foram coletados artigos na Base de Dados EDUCA, portal da biblioteca da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais - FAE/UFMG¹, livros que compõem o aporte teórico pessoal e dissertações e teses vinculadas ao tema e disponíveis para pesquisa. De maneira mais expressiva, abaixo, a quantidade de material selecionado que contemplou a análise:

Gráfico 1 – Material estudado



Fonte: elaborado pelas autoras.

¹ <https://www.biblio.fae.ufmg.br/educa/conteudo.html>

Esta pesquisa foi realizada durante o ano de 2021 com os seguintes objetivos relacionados à Base de Dados EDUCA: a) selecionar periódicos que contemplessem o tema; b) realizar a leitura para aprofundamento teórico; c) sistematizar e descrever o conteúdo para análise; d) descrever os dados sobre a temática.

Perante os aspectos mencionados, o estudo se caracteriza como qualitativo. Parol Lüdke e André (1986, p. 131), este tipo de estudo relaciona-se à “[...] busca de questões muito específicas e pormenorizadas, preocupando-se com um nível da realidade que não pode ser mensurado e quantificado.” Por isso, os resultados do estudo qualitativo são obtidos de diversas maneiras, por meio de observação, reflexão, interpretação, etc. As investigações, neste estudo, tomam como referência as atividades humanas, as quais são influenciadas pelo contexto das práticas pedagógicas realizadas.

Em decorrência do aprofundamento teórico, foi necessário realizar uma revisão sucinta para este estudo; as bibliografias consultadas deram sustentação ao tema, configurando-se, portanto, como uma revisão bibliográfica.

3 A ESCOLA É O ESPAÇO EM QUE AS PLURALIDADES DIALOGAM

A luta do movimento social LGBTQI+ (*peças lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexo, assexual e +*) tem ocorrido com o objetivo de garantir os direitos e combater a discriminação. Consequentemente, a relevância social do tema está associada ao sistema de crenças e valores próprios, como instrumentos de negação, dominação e exclusão específicos do pensamento conservador e heterossexual. Louro (1999, p. 29) destaca a posição arbitrária: “[...] como se a homossexualidade fosse contagiosa, cria-se uma grande resistência em demonstrar simpatia para com sujeitos homossexuais: a aproximação pode ser interpretada como uma adesão a tal prática ou identidade.”

Neste sentido, é considerável ressaltar que a homofobia parte do preconceito em relação à diversidade sexual, visto que as vítimas pertencem a “diferentes” grupos. Como afirma Louro (2001, p. 29):

[...] a escola torna-se, no que se refere à sexualidade, um local de ocultamento. Mais do que isso, a escola cria uma homofobia compartilhada com a família e com outros espaços sociais, expressando uma certa ojeriza às sexualidades que não se enquadram na heterossexualidade normativa, como se a homossexualidade fosse “contagiosa”.

Ao negar a discussão dos preconceitos que se encontram no ambiente escolar, o educador/a é conivente com os preconceitos advindos de uma lógica do não acolhimento das diferenças. Omitir-se diante desses temas, mesmo que dividam opiniões, é dar oportunidade ao preconceito dentro da própria escola. Por isso, as instituições escolares necessitam trazer para o debate as demandas das pessoas lésbicas, *gays*, bissexuais, transexuais, *queer*, intersexo, assexual e + (LGBTQIA+).

Com a integração dos novos perfis de estudantes, estão emergindo transformações nas estruturas pedagógicas, incluindo desde a ação docente ao espaço físico. Louro (1999) indica que a escola constitui-se como um espaço de (re)produção de sujeitos padronizados, sendo necessário o investimento e a

ressignificação da relação teoria e prática. Em síntese, a missão da escola é educar. Por essa razão, pensar e organizar essa missão exige abordar o contexto temporal e sociocultural.

Para isso, Batista (2008, p. 45) salienta que

Investiga-se e avalia-se a si própria. Sabe onde está e para onde quer ir. Com vias a tal objetivo elabora o Projeto de Escola que é um documento que define a política educacional da escola. A escola deverá estabelecer um currículo adequado aos alunos e ao contexto em que se insere, tendo princípios diferentes dos tradicionais.

Constatar que nos modelos de conteúdos devem estar presentes as questões de diversidade sexual significa que a escola está à frente de todos os assuntos relativos a essa temática. Quanto a isso, as questões referentes à diversidade encontram-se presentes nos mais diversificados assuntos e nas diferentes áreas de conhecimento. Estar mediando e gerindo a gestão pedagógica é construir relações de equidade e respeito às diferenças.

Frente a tais situações, apresentam-se como necessárias as relações do trabalho pedagógico que contemple as subjetividades de cada ser e os compreende pela sua liberdade de ser e estar, pertencer e conviver em condições de equidade. Por conseguinte, a postura do profissional da educação precisa estar de acordo com valores sociais democráticos que garantam a equidade entre as relações de gênero e a dignidade humana de cada um.

Considerando este contexto,

A educação pode adquirir um papel instrumental de mudança desta realidade de inaccessão a direitos sociais e garantias fundamentais [...]. Assim sendo, reconhece-se aqui a sua importância enquanto ciência deslegitimadora dos pré-conceitos e prática emancipadora e libertária dos indivíduos, seguindo-se o ideal freiriano. (NUNES, 2015, p. 204).

As discussões, se mediadas pelas orientações docentes, garantem o respeito e a participação conjunta com a finalidade de desconstruir preconceitos e a discriminação. Ao observar as discussões sobre a diversidade sexual, retoma-se a pedagogia do oprimido na reflexão-ação-reflexão docente na qual Freire (2014, p. 60) aborda as questões: “[...] saber que devo respeito à autonomia e à identidade do educando exige de mim uma prática em tudo coerente com este saber.” Diante dessa prática, o docente está atento aos movimentos da contemporaneidade, observando as subjetividades individuais e coletivas que necessitam considerar o respeito e a autonomia de ser.

Para Butler (2003) as representações contextuais sobre a diversidade sexual configuram um ponto centralizado entre as relações culturais históricas. Contextualizar aos discentes o aspecto histórico implica desconstruir o cumprimento das normas e das conservações culturais que mantêm as violências e injustiças implementadas aos ditos “anormais”.

Ao se apropriar dos conceitos de Louro (1997), evidencia-se a instituição de ensino como produtora das desigualdades. Estas são representadas por “arranjos” sociais historicamente constituídos que classificam os integrantes discentes.

Desta forma, a instituição de ensino ordena e hierarquiza de acordo com a heteronormatividade. Esta é vista como “[...] a ordem sexual, fundada no modelo heterossexual, familiar e reprodutivo. Ela se impõe por meio de violências simbólicas e físicas dirigidas principalmente a quem rompe normas de gênero.” (MISKOLCI, 2012, p. 46-47).

Buscar o rompimento da lógica conservadora e machista enraizada na sociedade é o princípio para que a escola desconstrua as ações conservadoras. Para Freire (1996), a autonomia é uma perspectiva pedagógica para desconstruir o transgressor da natureza humana. Diante da configuração atual, a escola corrobora as diferenças entre seus participantes. Logo, a natureza humana é reforçada diante da postura ética. Esta, por sua vez, é transgredida pelas discriminações, inclusive pelo discurso fatalista sobre os conteúdos de gênero e sexualidade.

Conscientizando-se sobre a emergência da temática diversidade sexual perante a sociedade contemporânea, acrescentam-se as concepções freireanas sobre o respeito, a autonomia e a ética aos educandos e à pertinência da gestão pedagógica. Ao docente, cabe gerir a prática e acolher as singularidades, interpretar as subjetividades, proporcionando-lhes autonomia para que se desconstruam os “padrões” e ultrapassem as condutas culturais consideradas corretas pela sociedade.

Para alcançarmos uma educação que vise à emancipação dos sujeitos, será necessário o diálogo para estabelecer o horizonte de uma sociedade que rechace toda e qualquer forma de discriminação e violência LGBTQIA+ nas escolas. Aos docentes cabe gerir o espaço pedagógico da sala de aula, sendo mais eficientes na resolução de tais problemas.

4 RESULTADOS

Após profunda análise interpretativa do material selecionado para este estudo, não foi difícil perceber a permanência do conservadorismo e a resistência da inclusão do público LGBTQIA+ na gestão do processo pedagógico.

Nesta perspectiva, o desafio da gestão pedagógica é reverter esse modelo tradicional e possibilitar relações democráticas, acessíveis, tanto interna quanto externamente à escola. “A gestão deve envolver todos os segmentos interessados na construção de propostas coletivas de práticas educacionais efetivas, para que o processo de ensino-aprendizagem seja resultado de um conjunto de ações.” (SILVA, 2017, p. 178).

Percebe-se que o papel da escola, no que se refere à diversidade sexual, se reforça através do silêncio, corroborando os mecanismos dominantes da heteronormatividade. Além disso, acrescenta-se a negação na abordagem comum da homossexualidade e as diversas expressões realizadas pela escola que transparecem pelos limites de tolerância, de respeito com os pares, omitindo as diversas subjetividades dos seres que constituem suas próprias singularidades.

O respeito, o reconhecimento de singularidades de indivíduos e grupos e a valorização da pluralidade cultural não só podem humanizar a construção do conhecimento, como também podem se revelar fatores indispensáveis para se desenvolverem a criatividade e o pensamento crítico e consciente. O respeito à diversidade é elemento imprescindível para se garantir a formação para cidadania e a qualidade do processo

de ensino-aprendizagem - convém repetir, em favor de cada pessoa. (JUNQUEIRA, 2009, p. 388).

Além destas diferenciações, o que se apresenta como argumento relatado nos textos é a sociedade como responsável por reproduzir valores culturais que se agregam à sexualidade biológica como a “normal”. Ao considerar esta premissa, percebem-se os desafios de se construir uma educação que reconheça as diferenças, isto é, a diversidade sexual e a identidade de gênero em sua pluralidade.

Outro desafio apontado pelos autores se refere aos discursos predominantemente religiosos e repressivos, dos quais emerge o monogâmico como o idealizado e aceito. Segundo Chauí (1985, p. 9), “A repressão sexual pode ser considerada como um conjunto de interdições, permissões, normas, valores, regras estabelecidas histórica e culturalmente para controlar o exercício da sexualidade.” Consequentemente, trabalhar com base nas demandas das diversidades sexuais e das identidades de gênero protagonizadas no ambiente escolar é o que se propõe para gerir o pedagógico. Ou seja:

[...] pensar eticamente sobre que discursos da diferença estão nas salas de aula, na pedagogia e como a educação pode pensar sobre isso. Um outro é pensar as estruturas da contradição/desaprovação/negação dentro da educação ou a rejeição - quer seja curricular, social ou pedagógica - para empenhar uma percepção traumática que produz o sujeito da diferença como uma quebra/ruptura/um rompimento com o exterior do estado normal. (BRITZMAN, 2000, p. 92).

Vale ainda considerar as diferenças inerentes ao processo educativo ressaltadas pelos autores. Dentre elas a de que a escola se omite em perceber e identificar as diferenças, mostrando-se “indiferente ao diferente”. Complementa-se ainda que professores/as costumam dirigir-se aos estudantes como se ali não houvesse um *gay*, uma lésbica, um/a bissexual, desconsiderando a identidade sexual.

As questões referentes à sexualidade não se limitam ao individual. Buscam compreender as atitudes e valores coletivos, considerando a necessidade de contextualizar os aspectos culturais. Quanto a isso, Saffioti (2004) acrescenta que as questões referentes à diversidade se encontram presentes nos mais diversificados assuntos e nas diferentes áreas de conhecimento.

Quanto à postura de educadores, são necessárias reflexões que busquem os valores democráticos em relação às questões de diversidade, identidade sexual e de gênero. Por meio do trabalho pedagógico, pode-se transmitir a valorização da equidade entre as múltiplas relações e a dignidade de cada um individualmente. Compreende-se que, na sociedade, não existem índices para medir a homofobia e que “[...] na verdade há um desejo em eliminar e excluir aqueles que contaminam o espaço escolar. Há um processo de expulsão e não de evasão.” (BENTO, 2008, p. 129).

Dar significância às relações de diferenças no espaço escolar requer atenção à identidade e à maneira de como conduzir o processo e os significados dos comportamentos. Construções diferenciadas, como diversidade/identidade sexual e de gênero, apresentam questões contextualmente existenciais resultando na desigualdade e nas diferenças exploradas pela opressão do igualitarismo, apontado

pelos formas “democráticas” de relacionamento em sociedade. Ou melhor, “[...] não se trata de identificar o estranho como o diferente, mas de pensar que estranho é ser igual.” (BENTO, 2008, p. 131-132).

O conceito de gênero nos apresenta as representações sociais que ainda predominam na contemporaneidade. O uso dessa concepção consentiu no abandono da explicação entre as diferenças existentes, os comportamentos e os lugares ocupados por homens e mulheres na sociedade. Tal demonstração revela que muitos discursos docentes e/ou institucionais estão recheados de moralidade e diálogo sobre as diferenças. Por isso, as dificuldades em abordar esse assunto no cotidiano escolar se encontram alicerçadas em barreiras constituídas na exposição de ideias preponderantes, o que contribui para a perpetuação de práticas e significações estereotipadas e excludentes (MADUREIRA, 2007).

As recomendações apresentadas à docência enfatizam a democracia, a autonomia da escolha do educando. Freire (1996) destaca que, enquanto docentes, necessitamos ter consciência do inacabamento subjetivo diante da ética, além de respeitar a autonomia do educando. Complementa, ainda, que o respeito à dignidade se acentua na emergência das temáticas contemporâneas.

Em decorrência das provocações apresentadas anteriormente pelos autores, não nos omitimos quanto às questões enfrentadas pela escola. Esta é considerada um espaço para estimular a reflexão, o aprendizado e o comportamento compatível com a diversidade. Por isso, a integralidade da diversidade/identidade sexual e de gênero na escola, enquanto projeto pedagógico construído em pares, entre as diferentes áreas do conhecimento, identifica a instituição escolar como acolhedora das diferenças.

Corrêa (2003) identifica que, na atualidade, perante a diversidade sexual, docentes e discentes não dispõem de atividades que superem as práticas preconceituosas. Segundo a autora, além das dificuldades de aceitação e convivência com a pluralidade sexual, há questões em que “[...] a sexualidade como um todo é exorcizada da vida escolar” (CORRÊA, 2003, p. 133).

A escola, enquanto instituição social, por sua vez, tem demonstrado atitudes classificatórias. Projetada inicialmente para amparar um público específico, ela vagarosamente se reconfigurou para acolher aqueles a quem havia sido negada. Com a integração, os novos perfis de estudantes estão exigindo transformações nas estruturas pedagógicas, incluindo a ação docente e o espaço físico. Diante da configuração atual, a escola corrobora as diferenças entre seus participantes. Logo, a natureza humana é transgredida pelas discriminações, inclusive pelo discurso fatalista sobre os conteúdos de identidade de gênero e sexualidade.

Para Butler (2003) as representações subjetivam as identificações com as configurações de masculinidade e feminilidade - essas características se identificam ao sexo biológico. A percepção sobre a diversidade de gênero na escola é uma problemática, a qual não adere ao entendimento sobre ele. Diante disso,

[...] nossa cultura, em relação ao parâmetro que rege as identidades de gênero, o conceito comum de transgeneridade é o de uma condição possível de indivíduos assumirem uma identidade de gênero, masculina ou feminina, diferente daquela que concorda com suas características biológicas, identidade essa designada por ocasião do seu nascimento. Em outros termos, acontece a transgeneridade quando a identidade de

gênero, que as pessoas sentem ter, discorda do que aparenta sua conformação biológica, como meninos ou meninas, realizada no momento do seu nascimento, parâmetro de atribuição de gênero, masculino ou feminino. (MODESTO, 2013, p. 49).

O termo “transfobia”, por sua vez, é utilizado para nomear o preconceito, a discriminação, o medo e/ou o ódio sofrido por pessoas transgêneros. Entende-se como transgênero o indivíduo que, de alguma forma, não se identifica com o seu sexo biológico de nascimento; identifica-se com ambos os sexos ou com nenhum deles (JESUS, 2013).

Frente a tais situações, apresentam-se como necessárias as relações do trabalho pedagógico que contemple as subjetividades de cada ser e o compreenda pela sua liberdade de ser e estar, pertencer e conviver em condições de equidade.

Por conseguinte, a postura do profissional da educação precisa estar de acordo com valores sociais democráticos que garantam a equidade entre as relações de gênero e a dignidade humana de cada um.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que as instituições de ensino contribuem para manter e reproduzir as desigualdades entre as identidades sexuais e de gêneros na argumentação e na percepção de atitudes para a desconstrução dos preconceitos. No Brasil, o investimento em políticas de ação afirmativa começou com a intenção de eliminar desigualdades historicamente surgidas, garantindo, assim, a igualdade de gêneros.

Acreditamos que uma educação disposta a assegurar a diversidade humana necessita de exercício, tolerância e respeito ao convívio com a diversidade. Isso nos remete a observar o outro com olhos de sensibilidade e disposição de alteridade. Julgamos necessário estudar este tema, por fazer sequência à pesquisa desenvolvida anteriormente, dado que esta se refere à formação de professores. Dessa forma, daremos continuidade à investigação; porém, com ênfase e aprofundamento sobre questões que se referem à diversidade de gênero.

Salientamos que a instituição escolar foi constituída na história da humanidade enquanto espaço de socialização do conhecimento formal. O processo de educação vai além do formal, ele possibilita novas formas de pensamento e de comportamento. Através das artes e das ciências, o ser humano transforma sua vida e a de seus descendentes. Portanto, a escola é, assim, um espaço de ampliação da experiência humana, devendo, para tanto, não se limitar às experiências pedagógicas imobilizadoras, mas buscar metodologias que disseminem e dialoguem com o conhecimento contemporâneo.

Entendemos que as relações de gênero incluídas no currículo da escola são fundamentais, buscando contribuir para a promoção da igualdade, na medida em que promovem o respeito à diversidade. Parte-se do pressuposto de que a escola, enquanto espaço social, proporciona a convivência com a diversidade. Estima-se esse espaço como vantagem para a discussão de questões referentes à diversidade de gênero.

É imprescindível deixar de considerar que as instituições educacionais apresentam posição contrária e não contemplam a diversidade a partir de uma rede

dialógica entre professores, equipe gestora, pais e alunos. A intenção é pensar numa escola que seja um ambiente inclusivo por meio da informação e do respeito ao outro. Assim, a quebra da barreira silenciosa pode ser rompida de ambas as partes, firmando o desenvolvimento de práticas educacionais que contribuam para a plena convivência.

Outra consideração que destacamos é a ausência da defesa de um debate e de uma conscientização sobre o que se refere à diversidade sexual. Além de reforçar a defesa e o empoderamento no debate da sexualidade ao gerir o pedagógico, dentro da sala de aula, o professor/a desconstitui as tendências religiosas que se propõem a debater a sexualidade unicamente do ponto de vista biológico.

Ao finalizar, propomos que a diversidade sexual presente nos diversos contextos seja considerada como a transversalidade na documentação pedagógica de classe, para que não se mantenha o isolamento, negando-se, assim, a autonomia.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, Claudia Aparecida. *Educação e sexualidade: um diálogo com educadores*. São Paulo: Ícone, 2008.
- BENTO, Berenice Alves de Melo. *O que é transexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- BRITZMAN, Deborah. Curiosidade, sexualidade e currículo. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 83-112.
- BUTLER, Judith. Sujeitos do sexo/gênero/desejo In: BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 2003. p. 17-25.
- CHAUÍ, Marilena. *Repressão sexual*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CORRÊA, Lisete Bertotto. *A exclusão branda do homossexual no ambiente escolar*. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 54 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- JESUS, Jaqueline Gomes de. *Transfobia e crimes de ódio: assassinatos de pessoas transgênero como genocídio*. [S. l.: s. n.], 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/281321251_Transfobia_e_crimes_de_odio_Assassinatos_de_pessoas_transgenero_como_genocidio. Acesso em: 23 fev. 2019.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Educação e homofobia: o reconhecimento da diversidade sexual para além do multiculturalismo liberal. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (org.). *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade: UNESCO, 2009. p. 367-444.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. *In*: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 7-35.

LOURO, Guacira Lopes. *Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação*. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MADUREIRA, Ana Flávia do Amaral. *Gênero, sexualidade e diversidade na escola: a construção de uma cultura democrática*. 2007. Tese (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2007.

MISKOLCI, Richard. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

MODESTO, Edith. Transgeneridade: um complexo desafio. *Via Atlântica*, São Paulo, v. 1, n. 24, p. 49-65, dez. 2013.

NUNES, Lauro Victor. Por uma educação que reconheça a diferença LGBT. *Psicologia Política*, São Paulo, v. 15, n. 32, p. 203-210, jan./abr. 2015.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Boaventura Souza. Para uma concepção multicultural de direitos humanos. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 7-34, jan./jun. 2001.

SILVA, Adriana Escobar da. Gestão democrática escolar: desafios da ação democrática. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, São Paulo, v. 2, n. 16. p. 177-187, mar. 2017.

Recebido em: 01 ago. 2019.

Aceito em: 3 fev. 2022.